



Senado aprova texto principal da PEC Paralela da Previdência

Proposta inclui estados, DF e municípios no novo sistema de aposentadorias aprovado em outubro. Na terça-feira, serão analisados quatro destaques, antes do 2º turno de votação



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Entre senadores, o relator, Tasso Jereissati, a presidente da CCJ, Simone Tebet, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que comanda a sessão

O Plenário do Senado aprovou ontem, por 56 votos a favor e 11 contra, o texto principal da PEC Paralela da Previdência. A análise de quatro destaques, apresentados por PT, Rede, PSDB e Pros, ficou para terça-feira.

A proposta aprovada é o relatório do senador Tasso Jereissati, confirmado mais cedo pela Comissão de Constituição e Justiça. A PEC Paralela ainda tem que passar por segundo turno de votação antes de seguir para a Câmara.

O texto altera pontos da reforma da Previdência aprovada pelo Senado em outubro e cuja promulgação está marcada para uma sessão solene do Congresso também na terça. A principal mudança é a inclusão de estados, DF e municípios nas novas regras de aposentadoria. **3**

Feminicídio como crime imprescritível vai à Câmara

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, a proposta de emenda à Constituição que torna os crimes de estupro e de feminicídio imprescritíveis e inafiançáveis. O texto, que começou

a ser discutido pelo Plenário na terça-feira, teve a análise facilitada após acordo entre os líderes, que garantiu a votação em primeiro e em segundo turnos no mesmo dia. **5**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simone, Alessandro, relator, Zenaide, Juíza Selma, Rose, autora, Mara, Soraya, Mailza e Leila comemoram aprovação

Modernização da lei sobre contratos de franquia empresarial vai à sanção

O projeto que moderniza o marco legal das franquias foi aprovado no Senado e vai à sanção. Segundo Kátia Abreu, relatora na Comissão de Assuntos Econômicos, o texto trará segurança jurídica, transparência e simplificação a franqueadores e a franqueados. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Senadora Kátia Abreu destaca que setor movimentou R\$ 174,84 bilhões em 2018

Família com mais de um deficiente poderá ter BPCs individuais **6**

Especialistas: combate a fake news requer técnica e dinheiro **8**

Lido requerimento de CPI sobre desmatamento **3**

Governo espera aprovar propostas econômicas até meados de 2020

Senadores participaram ontem de reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o Plano Mais Brasil, que traz propostas sobre economia e pacto federativo.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho, disse que a PEC que trata do controle de gastos deve ser aprovada ainda este ano. As outras duas devem ficar para o ano que vem. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

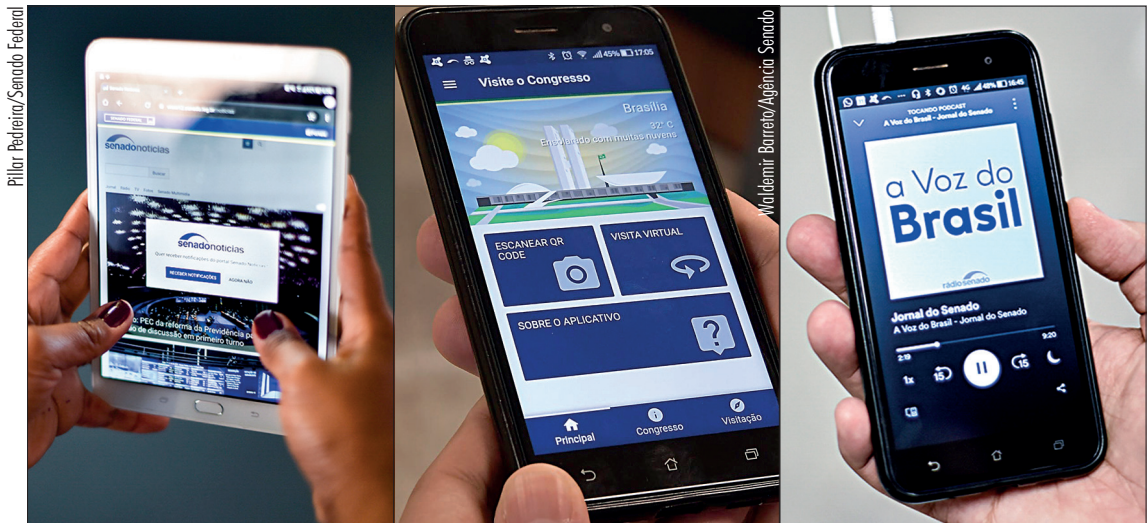
Bezerra e Paulo Guedes: ministro diz que propostas vão fortalecer democracia

Aprovada redução de área não construída em estradas

Projeto que reduz as faixas não edificáveis à margem de rodovias foi aprovado ontem no Plenário. O texto autoriza os municípios a diminuírem o espaço ao longo de rodovias de 15 metros para até 5 metros. **7**

Senado +Digital: o trabalho legislativo fica mais acessível aos cidadãos

O Senado +Digital, projeto da Secretaria de Comunicação da Casa, foi lançado com cinco novas ferramentas, acessíveis pelo celular e por tablet, que ampliam a presença do trabalho legislativo e institucional. **2**



Push do Senado Notícias, aplicativo do Visite o Congresso e podcast da Voz do Brasil são alguns dos novos produtos

Senado +Digital torna Legislativo mais acessível

Cinco produtos lançados pela Secretaria de Comunicação do Senado — podcasts, push de notícias, aplicativo de visitação, TV Senado Play e notícias por WhatsApp — aproximam o cidadão da atividade parlamentar

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, anunciou ontem o lançamento do Senado +Digital, projeto da Secretaria de Comunicação da Casa (Secom) com cinco novas ferramentas digitais acessíveis pelo celular e por tablet, que ampliam a presença dos senadores e do trabalho legislativo e institucional. As novas ferramentas são: o push de notícias (serviço de notificação), o WhatsApp do Senado, a TV Senado Play, o podcast da Rádio Senado e o aplicativo Visite o Congresso Nacional.

Davi ressaltou que o aumento da oferta de conteúdo legislativo no meio digital é um avanço tecnológico que se impõe e também um reforço no combate às fake news.

— Quanto maior a presença de informações oficiais de qualidade, produzidas e assinadas pelo Senado nas redes sociais, maior a capacidade de enfrentamento às notícias falsas, que tanto prejudicam a democracia. O próprio slogan desta campanha é “Notícia falsa se combate com a boa informação”. Assim, damos mais um passo ao encontro da modernidade. Modernidade que nos cerca. E da transparência que nos é exigida — disse.

Os produtos envolvem todos

os veículos e setores da Secom e têm o mesmo objetivo: facilitar o acesso à Casa por meio digital, com ênfase em dispositivos móveis, para ampliar o alcance do noticiário produzido a partir dos debates e decisões dos senadores que geram impacto em toda a sociedade.

O serviço de push do Portal Senado Notícias, da Agência Senado, envia ao usuário mensagem perguntando se ele deseja receber notícias em tempo real. Desde a implantação do serviço, em 22 de maio, cerca de 120 mil pessoas se cadastraram e estão recebendo as principais notícias no instante em que são publicadas. O serviço contribuiu para que o portal fechasse os primeiros 8 meses do ano com 11,5 milhões de usuários e 23,8 milhões de visualizações, um aumento superior a 60% tanto na quantidade de usuários quanto nas visualizações de páginas, em comparação com o mesmo período de 2018.

A TV Senado lançou em 5 de agosto seu novo site, a TV Senado Play (www.senado.leg.br/tv), inspirado nas modernas plataformas de conteúdo sob demanda. Entre as novidades, estão a compatibilidade com celulares e tablets, a visualização de todas as comissões transmitidas ao vivo, a integração com redes sociais e um sis-

tema de busca mais inteligente. O novo leiaute valoriza o conteúdo ao vivo. O cidadão poderá assistir aos debates e votações em tempo real ou consultar a íntegra a qualquer momento. A nova página permite ainda o agrupamento, por meio de playlists e tags, de qualquer tema discutido no Senado.

As principais votações e atividades legislativas do Senado agora podem ser recebidas pelo WhatsApp. Aqueles que se cadastrarem, enviando mensagem para o telefone (61) 99238-8453, receberão notas sobre as principais notícias, com imagens e links para aprofundamento.

Os podcasts da Rádio Senado estão disponíveis no Google Podcasts, Castbox, Spotify, Podcast Addict e Apple Podcasts. São oito programas oferecidos no formato: *Boletim.leg*, *Pautas Femininas*, *Projetos da Semana*, *Reportagem Especial*, *Senado em Dois Minutos*, *A Voz do Brasil*, *Curta Musical* e *Autores e Livros*.

Já o aplicativo Visite o Congresso Nacional destina-se tanto ao público que faz o tour presencialmente quanto aos visitantes que têm interesse em conhecer o Parlamento virtualmente. Ele é um complemento à visitação e está disponível na Google Play e na Apple Store.

Conselho entrega estudo sobre liberdade de imprensa

O Conselho de Comunicação Social (CCS) entregou ontem à senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) estudo sobre a liberdade de imprensa no Brasil. O texto elaborado pelo colegiado é um compilado de vários temas relacionados à liberdade de expressão e a violações contra jornalistas. O estudo foi assinado pelo presidente do CCS, Murillo de Aragão.

O documento conta com contribuições de entidades patronais e análises de dire-

tores de diversos veículos. O estudo deve ser usado pelos senadores em iniciativas que possam garantir a liberdade de expressão e de imprensa.

Eliziane agradeceu a prontidão do conselho em responder à solicitação e declarou que o estudo pode contribuir para o processo democrático do país. A senadora enfatizou ainda que a comunicação deve ser conhecida com um dos grandes avanços e direitos que todos têm e que precisam assegurar.

— Nós fizemos esse pedido pela preocupação que tivemos nos últimos meses, de várias declarações que foram apresentadas e tentativa de censura em relação aos meios de comunicação, ferindo de forma muito clara o princípio da liberdade de expressão e até a impessoalidade do poder público — disse.

Eliziane disse vai apresentar o documento para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e solicitar a publicação oficial do estudo.

Medida provisória acaba com monopólio da Casa da Moeda em 2023

O presidente Jair Bolsonaro assinou na terça-feira a Medida Provisória 902/2019, que tira o monopólio da Casa da Moeda para a fabricação de papel-moeda, moeda metálica e cadernetas de passaporte, para a impressão de selos postais e fiscais federais e de controle fiscal sobre a fabricação de cigarros. A exclusividade acaba em 31 de dezembro de 2023. A MP será

agora analisada em comissão mista e depois seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado.

Caberá à Receita Federal definir critérios de habilitação de empresas para o fornecimento dos equipamentos e para a prestação dos serviços. Ela também disciplinará o uso e requisitos de segurança do selo especial, em papel ou em meio digital.

Bezerra destaca ações dos 300 dias do governo do presidente Jair Bolsonaro

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) destacou ontem as ações que marcaram os 300 dias de governo do presidente Jair Bolsonaro, comemorados na terça-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto.

— Os juros foram reduzidos a 5%, a taxa mais baixa da história, o risco Brasil caiu para o

menor patamar desde 2013, a inflação está em queda e 760 mil empregos foram criados — disse o líder do governo na Casa.

O senador citou também a reforma da Previdência (PEC 6/2019), o leilão do pré-sal e o programa de concessões de aeroportos e ferrovias.

Rose de Freitas lamenta declaração de Eduardo Bolsonaro favorável ao AI-5

Rose de Freitas (Podemos-ES) lamentou em Plenário a afirmação feita em outubro pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) de que, se a esquerda radicalizar no Brasil, será necessário editar um novo AI-5, referindo-se ao ato da ditadura militar,

publicado em dezembro de 1968.

— É uma lástima! Eu lamento que um jovem, depois de tanta luta, ainda que tenha pedido desculpas, que, em algum momento, na cabeça dele, possa duvidar do valor da democracia para o Brasil.

É inaceitável que parlamentar defenda ato contra democracia, diz Humberto

Humberto Costa (PE), líder do PT, disse ser inaceitável que um membro do Congresso defenda a reinstauração do AI-5.



AI-5 caso a esquerda se mobilize para perturbar a ordem como estaria acontecendo no Chile.

O senador criticou declarações do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), ao defender que o governo recorra ao

— Vários partidos na Câmara representaram no Conselho de Ética contra o deputado e apresentaram notícia-crime no STF.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDH Financiamento habitacional**
8h30 Entre 43 itens, o PL 2.902/2019, que prioriza a mulher na contratação de financiamento habitacional. Às 14h, debate sobre a reforma tributária.
- CE Esportes eletrônicos**
9h30 Debate sobre o PLS 383/2017, que regulamenta os esportes eletrônicos.
- CMO Obras irregulares na LOA 2020**
10h Audiência sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves constantes da Lei Orçamentária Anual de 2020.

- CRE Acordo com a Suíça**
10h Acordo entre Brasil e Suíça relativo a serviços aéreos e a criação do Grupo-Parlamentar Brasil-Austrália são os itens da pauta.
- SESSÃO ESPECIAL Novembro Azul**
10h Celebração do Novembro Azul, de conscientização do mês do diabetes.
- LEROS Pedidos**
10h Requerimentos de informações.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Plenário aprova texto-base da PEC Paralela

Ainda falta a análise de quatro destaques, que devem ser votados na terça-feira. Proposta terá que ser confirmada em segundo turno antes de ser enviada para a Câmara

COM 56 VOTOS a favor e 11 contra, o Plenário aprovou ontem em primeiro turno de votação o texto principal da PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019). A análise dos quatro destaques apresentados por PT, Rede, PSDB e Pros foi adiada para as 14h de terça-feira. O texto aprovado é o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), confirmado mais cedo pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC Paralela ainda terá de ser votada pelo Plenário em segundo turno antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

O texto altera pontos da reforma da Previdência (PEC 6/2019) aprovada pelo Senado em outubro e que será promulgada em sessão solene do Congresso às 10h da terça-feira. A principal mudança é a inclusão de estados e municípios no novo sistema de aposentadorias, mas o texto também prevê regras diferenciadas para servidores da área de segurança pública.

De acordo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a votação honra o compromisso da Casa com as reformas necessárias ao país. Ele atribuiu o avanço da proposta ao esforço de entendimento das últimas semanas.

— A construção do entendimento é o caminho para fazermos as mudanças que o Brasil precisa. O Parlamento, com altivez, com a tranquilidade e a serenidade de sempre,

entendeu a importância de votarmos no primeiro turno essa matéria.

Pelo texto aprovado em primeiro turno, os estados, o Distrito Federal e os municípios podem adotar integralmente as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio de Previdência Social da União por meio de lei ordinária, que deverá ser aprovada em suas assembleias legislativas, câmaras de vereadores e, no caso do DF, em sua Câmara Legislativa. Com isso, as novas regras de aposentadoria dos servidores federais — como tempo de contribuição e idade mínima — poderão passar a valer também para o funcionalismo estadual, municipal e distrital.

Entretanto, os municípios que não aprovarem regras próprias vão aderir automaticamente ao regime da União, caso o sistema tenha sido adotado pelo estado do qual fazem parte. O texto abre a possibilidade de que estados e municípios revejam a decisão de aderir à reforma da União por projeto de lei. Mas governadores e prefeitos ficarão impedidos de fazer isso nos 180 dias que antecedem o fim dos próprios mandatos.

A proposta também afasta punição determinada pela PEC da Previdência aos estados, municípios e ao DF quando não cumprirem regras gerais de organização e de funcionamento de Regime Próprio de Previdência: a possibilidade de proibição de transferência



Davi Alcolumbre e o relator, Tasso Jereissati, conversam com senadores

voluntária de recursos da União, de concessão de avais, de garantias e de subvenções pela União e de concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais.

Segurança pública

O texto determina que profissionais de segurança estaduais e municipais poderão ter regras diferenciadas de aposentadoria, como idade mínima e tempo de contribuição. A medida abrange peritos criminais, agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), agentes penitenciários e socioeducativos e guardas municipais. Em Plenário, o relator fez uma mudança redacional de última hora, trocando a expressão “peritos criminais” para “perícia oficial de natureza criminal”.

O texto autoriza os entes federativos a estabelecer, dentro do Regime Próprio de Previdência Social aplicável aos servidores públicos civis, idade e tempo de contribuição diferenciados.

A PEC também permite que uma lei complementar aprovada pelas assembleias estaduais estabeleça requisitos e critérios próprios para a concessão de aposentadoria e pensão para policiais militares dos estados

e do DF. A lei complementar poderá estabelecer regras para o militar transferido para a reserva exercer atividades civis em qualquer órgão do respectivo ente federativo por meio de adicional.

A PEC ainda abre brecha para que sejam estabelecidos requisitos para o ingresso, mediante processo seletivo, de militares temporários, “cujo prazo máximo de permanência no serviço ativo será de oito anos”.

A Constituição isenta as instituições beneficentes de assistência social da contribuição para a seguridade, ponto que não foi alterado pela PEC da Previdência. O relator queria acabar com o benefício para entidades que oferecem pouca contrapartida à sociedade, chamadas por ele de “pilantrópicas”. Tasso, no entanto, acatou, na CCJ, emenda do senador Jorginho Mello (PL-SC) que prevê a edição de uma lei complementar para tratar da imunidade de entidades beneficentes.

A proposta prevê, ainda, a cobrança da contribuição previdenciária nas exportações agrícolas, que pode arrecadar, segundo os cálculos iniciais do relator, até R\$ 60 bilhões em dez anos. A taxa é para quem exporta e não recolhe

sobre a folha de pagamento, recolhe sobre o faturamento, procedimento comum para as chamadas “cadeias verticalizadas” que produzem, industrializam e vendem os produtos.

Outra mudança da PEC é a elevação da cota de pensão por morte no caso de dependente menor de idade. Uma mãe com dois filhos menores receberá, em vez de 80% do benefício do marido (60% mais 10% para cada criança), o benefício integral, já que cada filho receberia uma cota de 20%. Outra permissão prevista é o acúmulo de benefícios (aposentadoria e pensão por morte, por exemplo) quando houver algum dependente com deficiência intelectual, mental ou grave. O texto aprovado também assegura pensão por morte de ao menos um salário mínimo para servidores dos estados e municípios. A medida atende a sugestões do senador Paulo Paim (PT-RS).

A PEC Paralela reabre por até seis meses o prazo para opção pelo regime de previdência complementar dos servidores federais, a Funpresp, implantada em 2013 para limitar a aposentadorias dos servidores ao teto da Previdência.

CCJ

Na CCJ, a PEC foi aprovada por 20 votos favoráveis e 5 contrários.

— Estamos dando ao país uma vitória gigantesca em termos de futuro da nossa saúde fiscal — disse Tasso.

Para a presidente da comissão, Simone Tebet (MDB-MS), a inclusão de estados e municípios é um ponto que une Senado e Câmara.

— Vejo o compromisso dos senadores e ouvi do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que é possível que a PEC Paralela possa até ser fatiada na Câmara, no sentido de se votar primeiro a inclusão de estados e municípios e deixar o restante para o ano que vem — avaliou.



Sugestão de Paulo Paim sobre pensão por morte foi acatada no texto

Vai à sanção projeto que institui novo marco legal de franquias

O Senado aprovou ontem projeto que moderniza o marco legal das franquias no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Franchising, o setor de franquias movimentou R\$ 174,84 bilhões em 2018. O número de empregos diretos nas franquias, segundo a associação, era de 1,3 milhão de pessoas no mesmo ano. O PLC 219/2015 segue para a sanção.

O texto revoga a atual lei sobre contratos de franquia empresarial (Lei 8.955, de 1994). Entre outros pontos, o

projeto obriga o franqueador a fornecer ao interessado uma Circular de Oferta de Franquia (COF) com uma antecedência mínima de dez dias à assinatura do contrato ou do pagamento de taxas pelo franqueado. O texto estabelece ampla liberdade contratual, desde que as opções estejam previstas na COF.

— Isso vai trazer segurança jurídica, transparência e simplificação para as duas partes. Quero lembrar que é um dos setores que mais crescem no

país e no mundo, apesar de toda a crise que vivemos nos dois últimos anos — afirmou a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que relatou a proposição na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto também autoriza empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados e municípios a adotarem o sistema de franquia, no que couber ao processo de licitação. Nesses casos, a COF

deverá ser divulgada no início do processo de seleção.

Segundo a relatora, o projeto corrige a terminologia da lei vigente sobre franquias, afastando a possibilidade de que contrato dessa espécie possa ser interpretado como relação de consumo ou empregatícia. Para franquias internacionais, há expressa opção pela autonomia, permitindo-se que as partes escolham livremente o direito aplicável ao contrato, desde que referente ao domicílio de um dos contratantes.

RÁPIDAS

REQUERIMENTO DE CPI SOBRE DESMATAMENTO É LIDO NO PLENÁRIO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, leu ontem em Plenário o requerimento para a criação de uma comissão para apurar as causas do aumento no índice de desmatamento e das queimadas na Amazônia. A CPI também vai analisar os impactos da paralisação do Fundo da Amazônia e possíveis ações e omissões do governo em relação à preservação da floresta. A CPI terá 120 dias para concluir seus trabalhos e será composta por 11 titulares e 7 suplentes.

Líder prevê votação final de PECs do Plano Mais Brasil até o meio de 2020

Apenas a PEC Emergencial, que propõe gatilhos para o caso de descumprimento da regra de ouro, deve ser votada até o fim deste ano

MAIS DE 40 senadores se reuniram ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o Plano Mais Brasil, que traz propostas de emenda à Constituição (PECs) apresentadas pelo governo para a área econômica e o pacto federativo. O encontro aconteceu na residência oficial da Presidência do Senado.

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), explicou que três propostas do Plano Mais Brasil terão a tramitação iniciada pelo Senado. São elas: a PEC Emergencial (186/2019), a PEC da Revisão dos Fundos (187/2019) e a PEC do Pacto Federativo (188/2019). Já a PEC que trata da reforma administrativa começará a tramitar pela Câmara, enquanto a PEC da Reforma Tributária será analisada por uma comissão mista, integrada por senadores e deputados. Os membros ainda serão definidos.

— A expectativa é que todas essas propostas possam estar apreciadas e votadas nos dois turnos, e nas duas Casas, até o final do primeiro semestre do próximo ano. Mas a liderança do governo vai se esforçar para que a PEC Emergencial seja votada até o final de 2019. Temos um tempo exíguo, mas te-

mos também uma emergência fiscal que já está caracterizada em pelo menos três estados brasileiros — declarou.

À tarde, após conversar com os líderes partidários, a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Simone Tebet (MD-MS), designou os seguintes relatores para as propostas do pacote econômico: Otto Alencar (PSD-BA), para PEC dos Fundos, e Marcio Bittar (MDB-AC), para a PEC do Pacto. A terceira proposta, a PEC Emergencial, ainda aguarda indicação de relator pelo líder do Podemos, Alvaro Dias (PR).

A PEC Emergencial propõe que os gatilhos existentes no caso de descumprimento do teto de gastos públicos

também sejam acionados se a regra de ouro não for cumprida. Segundo Bezerra, a consciência dos senadores de que o Senado é a “Casa da Federação” ajudará a acelerar a tramitação para que ela siga logo para a Câmara.

— Minha impressão desta reunião com mais de 40 senadores é de que a receptividade das três PECs foi muito boa.

R\$ 500 bilhões

O ministro Paulo Guedes afirmou que o pacote vai fortalecer a democracia ao descentralizar recursos da União para que os demais Poderes tenham autonomia no manejo do dinheiro. A expectativa do governo é que, com as novidades, estados e

municípios recebam entre R\$ 450 bilhões e R\$ 500 bilhões nos próximos anos.

Guedes ressaltou a aliança do governo com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, no fechamento das propostas. O ministro disse que a principal ideia é fortalecer os investimentos públicos em áreas como educação, saúde e segurança.

— Estamos aprofundando essa reforma do Estado com o Congresso. Estamos criando o Conselho Fiscal da República, desvinculando fundos para sua melhor utilização e propondo a reforma administrativa, de valorização do serviço público e interrupção de privilégios.



Telmário, Bittar, Ciro, Bezerra, Simone, Eduardo Gomes e Anastasia ouvem exposição do ministro Paulo Guedes

Pacote deve ser analisado com atenção, diz Veneziano

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) afirmou em Plenário que o pacote de propostas



elaboradas pelo governo para reformar o Estado, que foi entregue ao Senado pelo presidente Bolsonaro, precisa ser analisado com cautela. A PEC que revisa os fundos públicos, por exemplo, para o senador é válida se apresentar adendos.

— Acabar com os fundos ou permitir que esses recursos sejam acessíveis para que investimentos sejam realizados de combate à extrema pobreza, receberão de nós o apoio — disse.

Zenaide reclama da falta de projeto para alavancar a economia

Zenaide Maia (Pros-RN) afirmou ontem que o governo está preocupado com reformas



que tiram direitos da população, em vez de apresentar um projeto para alavancar a economia e gerar emprego com inclusão social. Ela apontou o aumento da extrema pobreza nos quatro últimos anos e disse que em Natal houve um incremento de 100% em 12 meses. A senadora criticou a defesa do Estado mínimo pelo governo e disse que isso significa mais pessoas morrendo em filas de hospitais, além da redução de oportunidades educacionais.

Paulo Paim destaca aumento da pobreza extrema no país

Paulo Paim (PT-RS) lamentou em Plenário o aumento da pobreza extrema no Brasil, que já alcança quase 7% da população. Ele mencionou dados do IBGE, segundo os quais há 13,6 milhões de pessoas vivendo com até R\$ 145 por mês. Diante dos números o senador destacou a importância da seguridade social e defendeu a mudança na PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019).

— O sistema previdenciário atual já os deixava longe dos benefícios sociais. Imaginem agora. A situação pode piorar. Por isso, todo cuidado é pouco e continuaremos teremos debates a respeito da reforma — assinalou Paim.

Vai a Plenário transparência em cadastro de conselho profissional

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 61/2018, que regulamenta o acesso público a informações cadastrais dos profissionais registrados em conselhos federais e regionais de fiscalização de profissões regulamentadas. A proposta segue agora para a análise do Plenário.

Pelo projeto, os conselhos deverão disponibilizar, gratuitamente, em suas sedes e em suas páginas na internet, meios de acesso a informações cadastrais dos profissionais registrados. Entre os dados, deverão constar nome completo e fotografia de rosto atualizada do profissional, número de

registro, especialidade, se houver, e local principal de sua atividade, além de outras informações, a critério dos conselhos. O projeto também estabelece a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

O projeto foi apresentado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), quando era deputado. Na avaliação do relator, senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), o projeto fixa uma importante regra de transparência para os conselhos, conferindo à população em geral condições para acessar informações relevantes a respeito dos profissionais inscritos.

Teste de impacto para assentos infantis em veículos avança

A realização de testes de impacto em assentos infantis em veículos foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 46/2017, a medida e agora seguirá para análise do Plenário.

Existem três variedades de assentos para transporte de crianças em veículos: bebê-conforto, cadeira especial e assento de elevação. Pelo projeto, todos terão que receber certificação de órgãos e entidades de controle de qualidade, após a realização de testes de impacto frontal e lateral. A proposta inclui a determinação no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997).

A iniciativa é defendida pelo relator, senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), para quem a realização dos testes é condição para garantir a eficácia dos equipamentos e a proteção necessária às crianças.

“Desde a obrigatoriedade da certificação dos equipamentos, os números relacionados a acidentes de trânsito envolvendo crianças têm diminuído ano após ano. É preciso trazer a obrigatoriedade de uso desses equipamentos para o Código de Trânsito Brasileiro, de maneira a salvaguardar definitivamente a saúde e a vida dos nossos pequenos cidadãos”, observa Mecias.

Voto em separado contesta MP que desobriga publicação de balanço

O deputado Afonso Motta (PDT-RS) leu ontem um voto em separado contra a aprovação da medida provisória que dispensa a publicação de balanços de grandes empresas em jornais impressos. Em reunião da comissão mista que analisa

a MP 892/2019, ele argumentou que o texto é inconstitucional.

Para Motta, a medida não atende os requisitos de relevância e urgência nem trata de questão de ordem pública. A MP permite a divulgação de documentos de publicação

obrigatória apenas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da própria empresa e da bolsa de valores.

O deputado argumenta ainda que o tema já foi apreciado pelo Legislativo na forma da Lei 13.818, de 2019. A norma

permitia a publicação resumida de balanços em jornais impressos a partir de 2022.

O voto em separado contesta o relatório favorável à MP, da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que será votado na comissão na terça-feira.

Vai à Câmara feminicídio como crime imprescritível

Acordo permitiu que a PEC fosse votada ontem em dois turnos no Plenário. Pela proposta, de Rose de Freitas, o estupro também poderá ser julgado a qualquer tempo. E ambos se tornam inafiançáveis

O SENADO APROVOU ontem, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 75/2019, que torna o crime de feminicídio imprescritível e inafiançável. O texto, que começou a ser discutido pelo Plenário na terça-feira, teve a análise facilitada após acordo entre os líderes, que permitiu a dispensa dos prazos de discussão e garantiu a votação em primeiro e em segundo turnos no mesmo dia. A PEC seguirá para a Câmara.

A proposta, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), determina que o feminicídio poderá ser julgado a qualquer tempo, independentemente da data em que tenha sido cometido. Atualmente, esse tipo de crime prescreve após 20 anos. — Estamos lutando por essa PEC. Não é a luta de um dia, mas a luta de um país. É o clamor das mulheres do país que está nas mãos dos senhores — disse Rose de Freitas.

A Constituição já determina que o racismo e a ação de grupos armados contra o Estado são inafiançáveis, imprescritíveis e sujeitos a pena de reclusão. Além de votar pela inclusão do feminicídio nessa lista, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que relatou o texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), acatou emenda da senadora



Rose faz apelo pela aprovação da proposta: "É o clamor das mulheres"

Simone Tebet (MDB-MS) pela qual o estupro também passará a fazer parte desse rol. Para ele, a aprovação do texto é um recado para os agressores.

— Ao colocar na Constituição que o feminicídio passa a ser um crime imprescritível, estamos garantindo, com certeza, o recado para o agressor: esse crime não será esquecido, essa vítima não será abandonada e o Estado brasileiro vai tomar as providências adequadas — explicou.

Dupla punição

Ao defender a aprovação do texto, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) afirmou que a prescrição é uma sanção imposta ao Estado quando, pela ineficiência, deixa transcorrer o prazo para o julgamento. O problema, segundo o senador, é que quem acaba sendo punida duas vezes, com

o crime e com a impunidade do criminoso, é a vítima.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse considerar que a estrutura para a investigação e a punição desse tipo de crime é, muitas vezes, precária. Para ela, a aprovação da PEC é um elemento que contribui para a punição do feminicídio.

— É inaceitável que nós continuemos a ver dia após dia mulheres sendo assassinadas sem termos efetivamente a punição desse crime.

Kátia Abreu (PDT-TO) afirmou que 87% dos crimes contra a mulher não são julgados e, na prática, é como se os assassinos tivessem sido perdoados.

— Não adianta a Justiça demorar 200 anos para julgar, porque esse crime não vai vencer. Esse criminoso será julgado, condenado e preso.

Senado aprova nome para embaixada nas Bahamas

O Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Claudio Raja Gabaglia Lins para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas. A indicação recebeu 59 votos favoráveis e 1 contrário. O relator, senador Jaques Wagner (PT-BA), deu parecer

favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O diplomata foi sabatinado na CRE em outubro, quando afirmou que pretende colaborar com investigações conduzidas pelo Banco Central sobre fuga de capitais. Os

brasileiros mantêm US\$ 40 bilhões no país caribenho, que sofre sanções internacionais por ser um paraíso fiscal. Gabaglia confirmou que a nação caribenha tem se esforçado para se adaptar às regras internacionais. Segundo ele, o país quer livrar-se de sanções.

Eduardo Braga lamenta valor do megaleilão do pré-sal

Eduardo Braga (MDB-AM) considerou frustrante o valor arrecadado ontem com o megaleilão do pré-sal. Ele lembrou que a expectativa era atingir R\$ 106 bilhões. Apenas dois dos quatro blocos de exploração de petróleo foram arrematados, alcançando pouco mais de R\$ 69 bilhões. Para Braga, faltou um plano estratégico do governo e o mesmo ocorre em relação ao anúncio de privatização da Eletrobras, o que demonstra a falta de um conselho de política estratégica. O senador ressaltou que estados e municípios aguardavam um repasse de R\$ 21 bilhões após o leilão, que não acontecerá.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Romário: mudança em royalties do petróleo levaria caos ao RJ

Uma possível redistribuição dos recursos oriundos dos royalties do petróleo, a ser definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ainda neste mês, pode levar as contas do Rio de Janeiro ao caos, com sérias consequências para toda a população fluminense, de acordo com o senador Romário (Podemos-RJ).

Uma decisão nesse sentido poderia significar um impacto total, ao longo de uma década, de R\$ 100 bilhões nas contas do estado caso o STF decida pela vigência da Lei dos Royalties do Petróleo de 2012, disse. O senador destacou que a ministra Cármen Lúcia concedeu liminar, em 2013, suspendendo a nova distribuição.

Jean Paul divulga comissão sobre vazamentos de óleo

Jean Paul Prates (PT-RN) registrou ontem, em Plenário, a instalação, no dia anterior, de comissão temporária externa para acompanhar as ações de enfrentamento às manchas de petróleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Designado relator, Jean Paul terá a responsabilidade de emitir o parecer ao final dos trabalhos. Mais de 300 localidades no Nordeste foram atingidas e 4,5 mil toneladas de óleo foram retiradas, grande parte graças ao trabalho voluntário. Segundo o senador, com a criação da comissão externa, o Senado demonstra atenção especial para tratar do problema.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Juros impedem recuperação da economia, diz Dário Berger

O alto índice de desemprego que assola a população é grave, disse Dário Berger (MDB-SC). Segundo o senador, os elevados juros praticados pelos bancos prejudicam os investimentos, aumentando o desemprego no país. — Há cerca de um ano a taxa de juros Selic estava em torno de 14,25% e os juros do cartão de crédito, de 500%. Houve uma importante queda na taxa Selic, mas não houve diminuição proporcional dos juros do cartão. Hoje, a taxa de cartão de crédito, se fosse obedecer à proporção da redução da Selic, seria em torno de 175%, mas os bancos estão cobrando mais de 300%.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Debate: é preciso destravar logística de exportação de frutas

Em 2018, o Brasil foi o terceiro maior produtor de frutas do mundo, perdendo apenas para a China e a Índia. Contudo, exportou apenas 3% do que produziu, ocupando a 23ª posição entre os países exportadores de frutas. Em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), governo, analistas e produtores afirmaram que as exportações brasileiras têm grande potencial de expansão.

Os entraves logísticos à exportação são, na opinião do presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), Luis Roberto Barcelos, um dos principais problemas. Ele disse que a fruticultura brasileira hoje tem três grandes desafios: lentidão na abertura de mercado para exportação por causa da burocracia, a taxa nos produtos exportados e a segurança fitossanitária, para barrar a entrada de pragas

pela imensa faixa de fronteira. Como frutas são muito perecíveis, disse Barcelos, não podem ficar esperando dias pela fiscalização nos portos.

O subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia, Rogério Boueri Miranda, disse que é preciso fazer obras de infraestrutura, melhorar o manuseio e as condições de transporte. Um dos lugares a que o país tem dificuldade para chegar é a Ásia, uma vez que não há saída do Brasil para o Pacífico, segundo a senadora Kátia Abreu (PDT-TO).

Gestor no Projeto Frutas do Brasil da Apex, Emerson Raiol disse que apenas em 2015 o Brasil conseguiu reverter uma balança comercial desfavorável. Zenaide Maia (Pros-RN) apontou que a participação do Brasil no mercado poderia ser mais relevante.

— Temos no que melhorar e o Estado precisa estar presente.

Em 10 anos, RenovaBio pode gerar R\$ 1,2 tri, aponta governo

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) proporcionará ao Brasil um ganho de R\$ 1,2 trilhão, entre investimentos e economia, nos próximos 10 anos, disse ontem o diretor de Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia, Miguel Ivan Lacerda, em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A audiência foi conduzida pela senadora Kátia Abreu (PDT-TO), para quem o consumidor brasileiro é extremamente beneficiado pelo RenovaBio. Isso porque o uso de etanol e biodiesel já proporciona uma economia de R\$ 5 bilhões a cada ano nas bombas de combustíveis. Ela lembrou que os biocom-

bustíveis já respondem por 53% da energia do setor de transportes. Lacerda concordou, dizendo que Brasil já não sobrevive sem os biocombustíveis.

— O biodiesel tem baixado os preços para o consumidor médio nas cidades, para os caminhoneiros e no agronegócio. Sem eles, não existiria transporte neste país — disse Lacerda.

O diretor apoiou pedido da pesquisadora Marília Folegatti, da Embrapa, segundo a qual a empresa aguarda um aporte de R\$ 5 milhões para a definição de uma nova pesquisa de modelagem de uso da terra, com base científica, atestando a descarbonização na produção.

Avança benefício a mais de um deficiente por família

Projeto que vai à Câmara dos Deputados busca conceder às pessoas com deficiência tratamento igualitário no recebimento do BPC em relação a outros grupos sociais vulneráveis, como os idosos

MAIS DE UMA pessoa com deficiência convivendo em uma mesma família poderá ter o direito a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essa possibilidade é aberta por projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PL 3.260/2019, que altera a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2015), segue para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para análise pelo Plenário.

A aprovação da iniciativa foi recomendada pelo relator, Romário (Podemos-RJ). O senador reconhece que a proposta repara uma injustiça da legislação ao conceder às pessoas com deficiência tratamento igualitário em relação a outros grupos sociais vulneráveis, como os idosos.

— Em muitos grupos familiares, podem estar presentes duas ou mais pessoas com deficiência e a concessão do BPC a uma delas, ao elevar a renda familiar, pode inviabilizar a concessão do mesmo benefício às outras. Nesses casos, ocorre uma situação injusta na medida em que um membro da família, com deficiência, passa a depender do compartilhamento da renda de outro membro, também com deficiência — observou.



Romário cumprimenta Weverton na Comissão de Assuntos Sociais

O projeto é de autoria de Mara Gabrilli (PSDB-SP) e determina que o BPC recebido por qualquer membro da família em razão de deficiência não será computado para fins de cálculo da renda familiar per capita que ampara a sua concessão. A pretensão do projeto é equiparar a condição das pessoas com deficiência à das pessoas idosas, para as quais a Lei Orgânica da Assistência Social — Loas (Lei 8.742, de 1993) reconhece o direito individual ao BPC.

“É tão certo que o direito é pessoal e o valor não pode ser somado ao cálculo da renda familiar que esse é o procedimento adotado no caso dos idosos, permitindo-se, com toda razão, o acúmulo do benefício (recebimento do BPC

por mais de um membro da mesma família com um idoso). A adoção da nossa proposta representará um avanço nas conquistas alcançadas pelas pessoas com deficiência, pois sabemos que, para uma parcela expressiva desse contingente populacional, o amparo assistencial constitui sua única fonte de renda”, argumenta a senadora na justificativa do projeto.

Flávio Arns (Rede-PR) elogiou a aprovação da proposta:

— O BPC não pode constituir a soma de um como renda familiar. É um benefício da pessoa individualmente. Então, parabéns ao senador Romário pelo relatório e à senadora Mara Gabrilli pela iniciativa — disse o senador.

Avança uso de loterias para reforço de caixa da saúde

A saúde pública pode ganhar mais recursos das loterias. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo ao PL 3.709/2019, que destina 1% da arrecadação de diversas modalidades de loterias às secretarias de saúde dos estados e do Distrito Federal.

A proposta, do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), recebeu substitutivo do relator, senador Irajá (PSD-TO), que incluiu os municípios na destinação dos recursos por meio de

fundos e não das secretarias de governo. O projeto seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após passar por turno suplementar na CAS.

Na justificativa da proposta, Mecias explica que a proposta permitiria significativo aumento de recursos. Ele ressalta “que a arrecadação total, em termos reais, foi de R\$ 14,4 bilhões, em 2017, e de R\$ 13,9 bilhões, em 2018. Considerada essa média, a aprovação da proposta, que pode represen-

tar repasses de R\$ 140 milhões ao ano, equivaleria a mais de dez vezes o que foi transferido para a saúde no melhor ano de arrecadação da década”.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) disse concordar com a proposta, mas alertou para o perigo de legalizar jogos ilegais.

— [O projeto] vai ajudar numa área que realmente vai fazer esse enfrentamento para cuidar dessas pessoas. E fica um alerta, porque depois vão querer trazer bingo e cassino.

Avança pensão especial para vítimas de escarpelamento

Vítimas de escarpelamento (retirada do couro cabeludo) provocado por volantes, eixos ou partes móveis de embarcações poderão ter direito a pensão especial, de caráter mensal, vitalício e intransferível. A concessão do benefício é defendida pelo PLS 355/2018, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pela proposta, essa pensão terá natureza indenizatória, não podendo ser acumulada com outro benefício previdenciário ou assistencial. A comprovação das exigências para sua concessão deverá ser feita pelo INSS. A pensão deve ser paga a partir da entrada do requerimento na Previdência Social.

“A proposição é justa por reparar a esfera jurídica daquele que foi escarpelado, em decorrência de más condições de segurança das embarcações que navegam em território nacional. A Lei 9.537, de 1997, impõe à autoridade marítima fiscalizar as embarcações que trafegam em águas brasileiras. Se o Estado não cumpre a sua

obrigação, deve arcar com as consequências de sua omissão, reparando os danos causados às pessoas, em sua maioria mulheres”, sustenta o relator, Rogério Carvalho (PT-SE), no parecer.

Originalmente, o projeto definia o valor de R\$ 954 para a pensão especial a essas vítimas de escarpelamento, que seria corrigida pelos mesmos índices e na mesma data do Benefício de Prestação Continuada (BPC). No entanto, uma das emendas do relator modificou esse valor para um salário mínimo mensal, a ser reajustado na mesma data e pelo mesmo índice de revisão do piso salarial nacional.



Relatório favorável de Rogério cita segurança das embarcações

Adiada votação de mudanças na partilha do salário-educação

A Comissão de Educação (CE) adiou a votação do projeto que transfere integralmente o salário-educação aos estados e municípios (PL 5.695/2019). Atualmente, 60% dos recursos são enviados aos entes onde a receita foi gerada e 40% vão para o Ministério da Educação para custeio de material didático, transporte e alimentação.

Segundo o texto, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), a porcentagem dos estados e municípios manterá as regras de distribuição atuais, enquanto a cota federal passará a ser repartida, de forma compensatória, com regiões menos privilegiadas

economicamente, considerando o número de alunos na rede escolar. O relator, Dário Berger (MDB-SC), disse que a medida é necessária para reduzir os desníveis socioeducacionais entre os estados: um aluno de São Paulo recebe cerca de R\$ 678 enquanto um do Maranhão, R\$ 70.

“Com as alterações, o dinheiro irá para onde o aluno estiver, sem considerar onde ele foi arrecadado, o que, por si só, já tem grande potencial de maior equalização dos gastos com educação”, justificou Dário, cujo relatório será analisado por mais uma semana a pedido dos senadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Área não construída em rodovias será reduzida

Projeto aprovado ontem em Plenário altera a lei que regula o parcelamento do solo urbano para autorizar municípios a diminuir o espaço de faixas não edificáveis ao longo das estradas de 15 para até 5 metros

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de lei que reduz as faixas não edificáveis à margem de rodovias. O texto autoriza os municípios a diminuir o espaço ao longo de rodovias de 15 metros para até 5 metros. O substitutivo da Câmara ao PL 693/2019 modifica a Lei 6.766, de 1979, que regula o parcelamento do solo urbano. De acordo com o texto aprovado, os municípios poderão aprovar em seus planos diretores a redução do limite para até cinco metros de cada lado. O projeto segue para sanção presidencial.

A proposta de Jorginho Mello (PL-SC), da forma como já havia sido aprovada pelo Senado e enviada para a Câmara, previa a alteração tanto para rodovias quanto para ferrovias. No Plenário da Câmara, no entanto, os deputados consideraram o risco de um descarrilamento, por exemplo, causar um acidente de grandes proporções caso vagões batam em prédios ou casas. Com isso a distância mínima dos trilhos continuará a ser de 15 metros. A exclusão das ferrovias fez o projeto voltar para votação na sua Casa de



De Jorginho, texto permite alteração nos planos diretores das cidades

origem, o Senado, pelo fato de a alteração ser substancial.

Essa distância mínima de 15 metros também já é aplicada para rios, córregos, lagos, lagoas e açudes. Mas, ao prever que o loteamento urbano mantenha a distância de 15 metros em águas correntes e dormentes, o atual artigo 4º da Lei 6.766 faz uma exceção, salvaguardando “maiores exigências da legislação específica”. Como o Código Florestal, por exemplo, é uma legislação específica e determina distância maior para edificações, os senadores dos estados da Região Norte pediram a retirada do trecho “salvo maiores exigências da legislação específica” ainda

na primeira passagem do texto pelo Plenário. Na prática, isso legalizaria as construções de cidades ribeirinhas, como as encontradas no Amazonas.

Antes de sair do Senado para a Câmara o projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador alterou o texto para reconhecer a legalidade dos casos já existentes.

Segundo ele, já existem milhares de residências e estabelecimentos comerciais construídos em área não edificável, especialmente em zonas urbanas, o que dificulta a gestão do uso do solo pela administração pública e a regularização fundiária.

Hidreletricidade em terra indígena será debatida

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) vai discutir em audiência pública a implantação do aproveitamento hidrelétrico do Rio Uruguai, em Iraí (RS). Requerimento para o debate foi aprovado ontem pela comissão. A implantação está prevista no PDL 564/2019, que está na pauta do colegiado.

O presidente da comissão e autor do requerimento, Fabiano Contarato (Rede-ES), afirmou que o aproveitamento hidrelétrico atinge parte da Terra Indígena Kaingang de Iraí. A área protegida, de acordo com o senador, abriga mais de 600 indígenas, que precisam ser ouvidos.

Além dos representantes da Terra Indígena Kaingang de Iraí, o requerimento sugere convite a representantes das Agências Nacionais de Energia Elétrica (Aneel) e de Águas (ANA), entre outros. O projeto é de Luis Carlos Heinze (PP-RS) e tem como relator Plínio Valério (PSDB-AM).

Rodrigues anuncia PEC para reduzir largura da faixa de fronteira

Chico Rodrigues (DEM-RR) disse ontem que vai apresentar proposta de emenda constitucional para reduzir a largura da faixa de fronteira dos atuais 150 quilômetros para apenas 10 quilômetros.

Segundo ele, com a segurança do país garantida nas fronteiras pelas Forças Armadas, especialmente na Região Norte, não se justifica mais manter a regra atual que dificulta a exploração econômica dessas áreas.

— Como é hoje, 150 quilômetros, dificulta até fazer a regularização fundiária.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simone cobra ajuda do governo contra incêndio no Pantanal

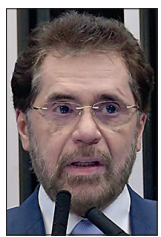
Simone Tebet (MDB-MS) criticou ontem o descaso, a omissão e a falta de apoio do governo federal, que não disponibiliza ajuda necessária para Mato Grosso do Sul conter as queimadas que devastam o Pantanal. Ela salientou que esse é um dos piores incêndios já enfrentados pelo bioma, o que está destruindo a fauna e a flora da região. A senadora destacou a importância do bioma, considerado “tão vital quanto a Amazônia”.

— O Pantanal está à deriva. Nós não temos infraestrutura, ajuda do governo federal e apoio, a não ser de voluntários e dos valorosos homens do fogo.

Plínio aponta pobreza e mortalidade infantil na Amazônia Legal

Plínio Valério (PSDB-AM) mencionou ontem dados de relatório do Unicef, segundo os quais é grande o risco de a criança morrer antes de completar um ano de vida na Amazônia Legal. Pelo mesmo documento, dos que sobrevivem, poucos completam o ensino fundamental.

De acordo com o estudo do Unicef, 9 milhões de crianças vivem na região. Desse total, 43% moram em casas com renda per capita insuficiente para comprar uma cesta básica, afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Avança projeto sobre envio de alertas em casos de calamidade

Prestadoras de serviços de telecomunicações deverão oferecer assistência gratuita e prioritária aos órgãos públicos, com alertas em casos de calamidade, emergência e perigo público iminente. Esse apoio no atendimento à população está previsto no PLS 157/2015, aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto segue para avaliação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Segundo o projeto, nos casos de calamidades públicas, emergências e de perigo público iminente, todas as operadoras que prestem serviços na região afetada deverão enviar mensagens de texto via SMS ou outro serviço equivalente a todos os usuários de serviço móvel pessoal na área ou municípios afetados, com informações e orientações repassadas

pelos órgãos de defesa civil, segurança pública ou defesa nacional. O envio de SMS foi sugerido por emenda do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acolhida pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM).

O envio dessas mensagens será gratuito durante o período necessário à normalização da ordem pública nas áreas afetadas, cabendo à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) disciplinar os procedimentos. “As empresas concessionárias de serviços públicos sujeitam-se, por previsão constitucional, a um regime jurídico contratual especial que as faz serem obrigadas a suportar uma série de ônus inerentes ao serviço público que prestam”, afirma Braga.

O projeto do senador Ciro Nogueira (PP-PI) modifica a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472, de 1997).

Debate pede menos burocracia e mais tecnologia para a Amazônia

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) promoveu ontem audiência sobre um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Os debatedores apontaram que é preciso mais uso da tecnologia e menos burocracia.

A chefe do escritório da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em Brasília, Érika Leite, apontou a integração competitiva como um dos pilares da política de desenvolvimento regional. Para ela, é preciso levar em conta a produção sustentável, os povos tradicionais e a riqueza em patrimônio biológico.

Para o especialista em políticas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Augusto de Campos Cardoso, o grande desafio é transformar a riqueza hídrica e a diversidade da fauna e da flora da região em benefícios para a população.

Cardoso reconheceu problemas estruturais, até pelas longas distâncias na região, baixos índices de saneamento básico e de infraestrutura.

Ele cobrou mais combate à ilegalidade e foco na regularização fundiária e no cadastro rural.

— Também é preciso segurança jurídica para um bom ambiente de negócios.

Diretor científico do Projeto Amazônia 4.0, Ismael Nobre disse que é preciso fazer intensa agregação de valor a partir de recursos tecnológicos e redes sociais.

O vice-presidente da comissão, deputado Sergio Souza (MDB-PR), questionou se a legislação ambiental não está atrasada em relação ao desenvolvimento da Amazônia e pediu equilíbrio em novas propostas legislativas.

O deputado Sidney Leite (PSD-AM) lembrou que os países em volta da floresta são potenciais consumidores dos produtos brasileiros.

E o deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP) ressaltou que muitas iniciativas populares agregam valor à região.

— Se não houver uma política clara desenhada para a região, não vejo muito como vamos conseguir desenvolvimento para a Amazônia.



Érika Leite fala em debate dirigido pelo deputado Sergio Souza (C)

Marcos Oliveira/Agência Senado



Deputada Lídice da Mata (3ª à esq.) e senador Angelo Coronel ouvem depoimento sobre combate a fake news

CPI: combater fake news exige técnica e dinheiro

Especialistas disseram que desmentir uma notícia falsa envolve muito pessoal e recursos técnicos. No entanto, a retratação não alcança o mesmo número de pessoas que leu, viu ou ouviu a desinformação

OS CUSTOS POLÍTICOS, econômicos e sociais da divulgação de notícias falsas podem ser incalculáveis. De acordo com os especialistas ouvidos ontem pela CPI Mista das Fake News, combater essa prática não é uma tarefa simples: reverter uma corrente de boatos envolve, além de grande custo financeiro, a superação de muitas dificuldades técnicas.

A advogada Adrielle Britto, da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação, que engloba empresas como o Facebook e o Google, observou que muitas vezes as fake news envolvem conexões internacionais e geram questões judiciais complexas. Por isso, ela defende a ratificação de acordos internacionais relacionados ao tema pelo Brasil.

— Há vários países que estão passando pelos mesmos problemas — disse a advogada, lembrando que não há anonimato na circulação de comunicações na internet.

A relatora da CPI, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), informou que deve incluir no seu relatório final a recomendação para que o governo e o Congresso ratifiquem os acordos internacionais que permitem a troca de informações para verificação de notícias falsas.

Editor do site Boatos.org,

Edgard Matsuki afirmou que em seis anos de trabalho desmentiu cerca de 4,5 mil notícias falsas. Ele lembrou que as notícias falsas não tratam somente de questões políticas. Há fake news sobre medicina que têm levado, por exemplo, milhares de pessoas a não vacinarem seus filhos. O maior problema das notícias falsas, segundo ele, é que o desmentido nunca é 100% eficaz.

— Um desmentido tem 15 mil visualizações, quando uma desinformação tem três milhões de visualizações.

Custo alto

Outro obstáculo à comprovação da veracidade das notícias é o custo de checá-las, como explicou Sérgio Lüdtke, editor do Projeto Comprova. Lüdtke disse ter trabalhado durante dez semanas com o WhatsApp, analisando 100 mil arquivos. A partir daí, foi possível montar um grande mapa de como são propagadas as notícias falsas. Ele relatou que, no último final de semana da campanha eleitoral de 2018, um conjunto de sites de comprovação de notícias trabalhou conjuntamente e cerca de 50 grandes fake news foram investigadas e desmentidas.

Dono do portal e-Farsas, Gilmar Lopes usou uma notícia

falsa que teria sido disseminada pelo blogueiro Allan dos Santos, em depoimento na terça-feira à CPI, e em postagem. Santos afirmou que Brasil e Cuba estariam trocando armas nucleares pelo Porto de Mariel.

— Na verdade, ele modificou uma matéria da *Veja*, de 2014, que relatava o uso do Porto de Mariel para Cuba vender armas à Coreia do Norte.

Trabalhando há mais de 17 anos com a investigação de fake news, Lopes disse que existe um padrão muito comum.

— Uma fake news pede para ser repassada, usa o nome de pessoas importantes, é confusa e contraditória, não se sabe a autoria, apela pelo lado emocional e possui o tom alarmista e conspiratório. Não precisa ter todas essas características, mas várias sempre estão presentes.

Ele também mostrou que é comum um site de fake news se hospedar em outro site. E vários desses sites de notícias falsas são mantidos por programas-robôs com a função de divulgar a informação falsa.

O presidente da CPI, senador Angelo Coronel (PSD-BA), anunciou a participação de um delegado da Polícia Federal nos trabalhos da comissão, atendendo solicitação do deputado Alexandre Frota (PSDB-SP).

Agronegócio defende MP que cria o Fundo de Aval Fraterno

A medida provisória que institui o Fundo de Aval Fraterno (FAF) aprimora os instrumentos atuais de crédito rural e poderá contribuir para o desenvolvimento do mercado de crédito e de capitais na agropecuária, disseram ontem representantes do agronegócio na comissão mista que analisa MP 897/2019. A votação do relatório preliminar está prevista para o dia 27.

A medida também dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas.

Criado pela MP, que complementa medidas previstas no Plano Safra 2019/2020, o FAF permite a garantia solidária aos produtores. O objetivo é renegociar eventuais dívidas de operações de crédito rural, além de estabelecer uma série de medidas ligadas ao crédito e financiamento de dívidas de produtores. As iniciativas envolvem a ampliação do volume de crédito para o agronegócio e a concessão fa-

cilitada de financiamento (por meio de um fundo solidário) para renegociação de dívidas e construção de armazéns.

Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Kaufmann disse que a MP introduz novos institutos jurídicos e toca em problemas que afetam o financiamento, como a falta de clareza na análise dos riscos envolvidos e a necessidade de estabelecer mercado competitivo na oferta e na tomada de crédito.

— A MP tem o benefício de estabelecer institutos novos com base em premissas importantes, como trazer maior dinamismo ao mercado agrícola.

Representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Camilo Guerrero avaliou que, com segurança jurídica, será possível alavancar instrumentos adequados ao agronegócio.

— O agronegócio hoje está em um patamar de modernidade e passa por um processo em condições de acessar todo o sistema financeiro para obtenção do crédito necessário.

Comissão aprova frente mista em defesa dos mototaxistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas. A iniciativa foi defendida em projeto de resolução do senador Zequinha Marinho (PSC-PA). O PRS 40/2019 foi relatado por Weverton (PDT-MA) e segue para a Comissão Diretora.

“A regulamentação da profissão do motociclista no Brasil, em julho de 2009, fez surgir um novo contexto, no qual profissionais atuam em condições diversas e singulares em relação a outras profissões. O

serviço de mototaxistas e motofretistas sofre demanda crescente no mercado de trabalho, juntamente com o aumento das questões e dificuldades variadas do setor”, observou Zequinha na justificativa.

Os deputados e senadores da frente deverão assumir, entre outras missões, o acompanhamento de políticas e ações relacionadas a problemas de infraestrutura nas vias públicas, falta de segurança e desrespeito a regras de trânsito e condições adversas para o exercício profissional de mototaxista e motofretista.

Telmário cobra eleição para representação no Parlasul

Telmário Mota (Pros-RR) criticou ontem, em Plenário, o presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP), que está com seu mandato vencido há mais de um ano e ainda não convocou os membros da representação para nova eleição. O senador disse que o deputado não está cumprindo o acordo político estabelecido entre as duas Casas legislativas, que sempre se alternam no comando da representação no Parlasul.

— Acordo em política é fundamental, e meu partido e eu respeitamos sempre os acordos nesta Casa — afirmou o senador.

Vale ocultou dados sobre Brumadinho, diz Kajuru

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) apresentou em Plenário um relatório da Agência Nacional de Mineração (ANM) segundo o qual a mineradora Vale ocultou informações sobre a barragem que rompeu em Brumadinho (MG), em janeiro. Segundo o senador, além de conhecer os problemas na barragem, a Vale forneceu à ANM informações diferentes das que constam do sistema interno da empresa.

— O relatório da Agência Nacional de Mineração não aponta culpa, mas serve de material para investigações criminais que já estão em andamento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Nelsinho pede recursos para bombeiros de MS

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) demonstrou ontem, em Plenário, preocupação com o incêndio que atinge o Pantanal sul-mato-grossense. Segundo ele, o governo do Mato Grosso do Sul já mobilizou uma equipe de 120 pessoas para combater os focos, mas ainda faltam recursos financeiros.

Por isso, Nelsinho pediu ao ministro da Justiça, Sergio Moro, a liberação de linha de crédito de R\$ 14 milhões para o estado. O recurso, disse o senador, deve ser encaminhado ao Corpo de Bombeiros do estado para a aquisição de equipamentos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Esperidião Amin defende microcrédito contra juros

Esperidião Amin (PP-SC) defendeu em Plenário o crédito cooperativo e o microcrédito como instrumentos para combater os altos juros bancários. O senador registrou reunião com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em que discutiram os juros. O cheque especial, disse, se transformou numa ferramenta para extorquir a população mais pobre.

Segundo ele, Campos Neto manifestou preocupação com o problema e disse que agilizará o sistema financeiro para atender o pequeno e o microempresário.

O senador também elogiou a participação de Confúcio Moura (MDB-RO) na reunião.